

### “Ensino da História Africana nos Vestibulares”

**Daniel de Almeida Lemos<sup>1</sup>; Luiz Fernando Saraiva<sup>2</sup>; Anderson Ribeiro Oliva<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Estudante de Graduação do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL. Bolsista PIBIC/CNPq

<sup>2</sup>Professor do CAHL. Orientador PIBIC

<sup>3</sup>Professor do CAHL. Co-orientador

A Lei Federal 10.639, de 09 de Janeiro de 2003, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tornou obrigatório o ensino da História da África e dos africanos, da cultura negra brasileira e do negro na formação da identidade nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Neste sentido, A referida Lei deflagrou um intenso processo de mudanças no ensino da História que abrange todos os níveis. O presente trabalho tem por finalidade buscar entender os impactos dessas mudanças em relação aos processos seletivos (vestibulares) e dos Exames Nacionais de Curso, como na UFBA, UnB, ENEM e ENADE para perceber se tais discussões têm sido incorporadas ao universo das questões propostas. A inquietação partiu a partir dos olhares preconceituosos existentes em torno do continente africano e das suas civilizações e da maneira com a qual esses preconceitos são reproduzidos em sala de aula. Esse trabalho promove uma reflexão acerca das políticas públicas para a educação brasileira e para o ensino da História. Para tanto, foi feito um cotejamento das questões pedidas por estas instituições, tratando de forma quantitativa e qualitativa os assuntos abordados nesses exames. Os resultados dessa pesquisa foram a constatação da incidência de questões sobre a África na matéria de Geografia, através de gráficos e tabelas elaborados. Em todas as provas analisadas o continente aparece de forma homogênea, ou seja, seus países não são destacados de forma individual e o continente acaba se tornando um bloco caracterizador do subdesenvolvimento mundial. Além disso, quando comparada com os demais domínios, a História africana aparece com a menor quantidade de questões, sendo que uma boa parcela delas aborda o continente de uma maneira que não se encaixa nos padrões exigidos pela Lei supracitada. Dessa maneira, pode-se concluir que o despreparo e a falta de informação por parte de professores dos níveis fundamental e médio contribuem para a reprodução dos olhares preconceituosos nos bancos escolares. A partir do momento em que as Universidades incluírem a História da África de acordo com os padrões exigidos em Lei nos assuntos cobrados, os professores serão obrigados dar ao continente africano e aos seus habitantes o papel que eles merecem.

**Palavras Chave:** Ensino da História, História da África, Lei 10.639.